Projeto de Devolução Tributária com Controle Social

Título:
"Tributo Justo: Devolução, Transparência e Participação Cívica
(Inspirado nos modelos asiáticos de eficiência fiscal, com adaptações ao contexto brasileiro)

1. **Princípios Norteadores**
- Devolução Automática das Sobras: Todo valor não utilizado pelo governo (municipal, estadual ou federal) em um exercício fiscal será “devolvido proporcionalmente aos contribuintes”, via redução de impostos no ano seguinte ou restituição direta (como no modelo de “Hong Kong” e “Singapura”).
- Foco em Necessidades Reais: Os gastos públicos devem ser “estritamente vinculados a prioridades comprovadas” (saúde, educação, infraestrutura básica), com veto a "projetos invisíveis" ou superfaturados.
- Fiscalização Popular: Os cidadãos terão ferramentas digitais e poder legal para auditar gastos em tempo real, seguindo o exemplo chinês de “transparência coercitiva”.

2. **Estrutura do Projeto**

A. Mecanismo de Devolução
- Regra de Ouro: Se a arrecadação anual exceder os gastos efetivos (comprovados por auditorias independentes), 60% do excedente será devolvido aos contribuintes via:
  - Créditos fiscais (abatimento no IPTU, IRPF, etc.).
  - Depósitos em contas digitais (para quem não tem débitos tributários).
- Exemplo: Se um estado arrecadar R$ 10 bilhões e gastar R$ 8 bilhões, R$ 1,2 bilhão (60% de R$ 2 bi) será redistribuído.

B. Controle Rígido de Gastos
- Lista de Prioridades Fixas:
  - Os orçamentos serão vinculados a metas mensuráveis (ex.: "95% das escolas com água potável").
  - Projetos fora dessa lista exigirão referendo popular (via aplicativo oficial).
- Punição por Desvios:
  - Servidores que autorizarem gastos não aprovados serão responsabilizados pessoalmente (como na lei chinesa de accountability).

C. Plataforma de Fiscalização Popular
- App "Tributo Visível":
  - Integrado à Receita Federal, mostrará cada centavo gasto, com alertas para:
    - Despesas incomuns (ex.: R$ 500 mil em "consultorias" para uma prefeitura pequena).

- Obras paradas (com fotos georreferenciadas).
- Recompensas por Denúncias: Quem identificar irregularidades comprovadas receberá 1% do valor recuperado (inspirado no whistleblowing chinês).

D. Educação Fiscal Obrigatória
- Disciplina nas Escolas:
- Matéria sobre "Como o governo gasta seu dinheiro" (com casos reais).
- Campanhas Públicas:
- Vídeos comparando: "O que R$ 1 bilhão faz em hospitais vs. em propaganda política".

3. **Implementação Gradual**
- Fase 1 (12 meses):
- Adoção em 5 municípios-modelo (ex.: cidades com alto IDH e baixa corrupção).
- Lançamento do App Tributo Visível em versão beta.
- Fase 2 (36 meses):
- Expansão para todos os estados, com emenda constitucional garantindo a devolução automática.

4. **Benefícios Esperados**
1. Redução da Corrupção: Com menos dinheiro parado, diminui a tentação de desvio.
2. Pressão por Eficiência: Polícios serão forçados a cortar luxos (ex.: carros oficiais) para evitar revolta popular.
3. Cultura de Responsabilidade: O contribuinte passará a ver impostos como investimento, não como confisco.

5. **Adaptação do Modelo Chinês**
- Onde a China Inspira:
- Big Data Fiscal: Cruzamento de dados para flagar superfaturamento (como o sistema Golden Tax).
- Incentivos à Denúncia: Na China, quem expõe corrupção ganha status social (no Brasil, ganhará dinheiro).
- Onde o Brasil Melhora:
- Devolução Direta (a China raramente devolve, mas prioriza reinvestimento).

6. **Obstáculos e Soluções**
- Resistência Política:
- Criar coalizão com empresários (que se beneficiarão com a redução tributária).
- Complexidade Legal:

- Propor lei complementar para regulamentar a devolução (evitando brechas).

Próximos Passos:
1. Formar um "Conselho de Contribuintes" (com juristas, economistas e líderes comunitários).
2. Testar o modelo em uma capital (ex.: Curitiba, onde a gestão fiscal é mais eficiente).

Cloves Roque Xavier – São Paulo-SP/30.05.2025